



TAXA DE DESEMPREGO RECUA PARA 2,4% NO ESPÍRITO SANTO, A SEGUNDA MENOR DO PAÍS

Elaborado por: André Spalenza, Felipe Montini e Eduarda Gripp.

Avanço do CNPJ entre autônomos e empregadores reduz informalidade ao menor nível desde 2020

2ª MENOR TAXA DE DESEMPREGO DO PAÍS

TAXA DE DESOCUPAÇÃO

2,4%

(MENOR DA SÉRIE HISTÓRICA)

DESOCUPADOS

51 MIL

(-3 MIL NO TRIMESTRE)

TAXA DE INFORMALIDADE 37%
(MENOR DESDE 2020)

758 MIL (-31 MIL)
OCUPADOS INFORMALMENTE

O objetivo deste relatório é viabilizar o acompanhamento dos indicadores de emprego formal e informal no Espírito Santo. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-IBGE) trimestral visa acompanhar as flutuações da força de trabalho dos estados e do país, a cada trimestre, considerando todos os tipos de ocupação - mercados formal e informal, empresários, funcionários públicos, trabalho doméstico, entre outros.

Taxa de Desemprego

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua/IBGE), a taxa de desocupação no Espírito Santo voltou a recuar no quarto trimestre de 2025, alcançando 2,4% da população, o menor nível da série histórica iniciada em 2012. Desde o segundo trimestre de 2024, o estado tem sucessivamente renovado seu recorde de menor taxa de desemprego a cada nova divulgação.

Na comparação com o trimestre anterior, a redução foi de 0,2 ponto percentual, indicando que, à medida que a taxa de desemprego se aproxima de níveis muito baixos, as quedas tendem a se tornar mais graduais. Esse comportamento é compatível com um cenário próximo ao pleno emprego, em que a maior parte das pessoas que busca trabalho consegue se inserir rapidamente no mercado, no qual as formas de desemprego que permanecem são aquelas de caráter transitório ou estrutural, associadas ao descompasso entre as qualificações demandadas pelas empresas e aquelas disponíveis na força de trabalho.

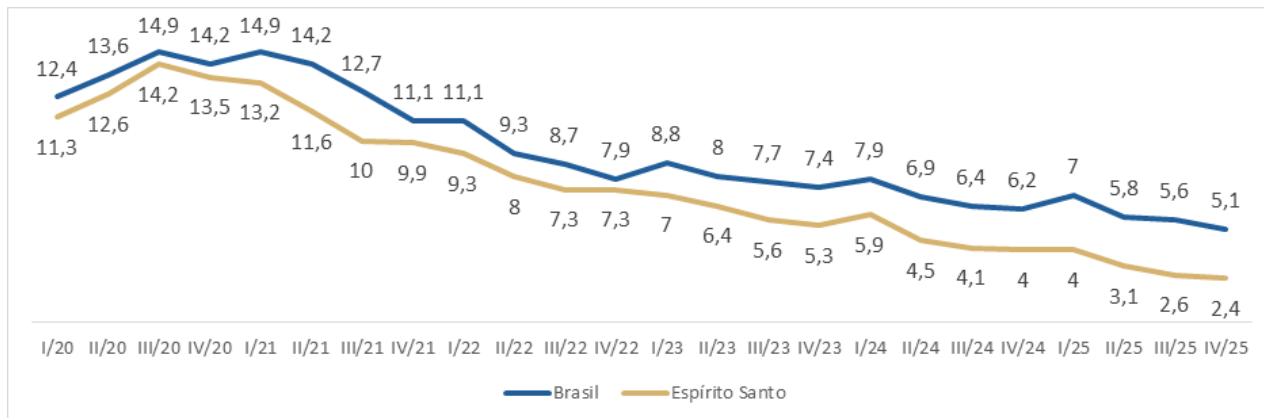
Com esse resultado, o Espírito Santo encerrou 2025 com a segunda menor taxa de desocupação entre as unidades da federação, empatado com Mato Grosso do Sul e Mato

Grosso, ficando atrás apenas de Santa Catarina. No mesmo período, a taxa de desemprego nacional também atingiu seu menor patamar, situando-se em 5,1%.

Os dados mostram um mercado de trabalho bastante aquecido no estado, inclusive em comparação com o restante do país. A trajetória de queda na desocupação vem sendo consistente desde o terceiro trimestre de 2020, quando o desemprego atingiu 14,2%, sob forte influência dos efeitos da pandemia. Desde então, observa-se uma redução contínua, com a taxa atingindo seu menor nível na série histórica no período mais recente.

Ao longo dos últimos cinco anos, a taxa de desocupação recuou 11,8 pontos percentuais. Em termos absolutos, o contingente de pessoas desocupadas passou de 291 mil no terceiro trimestre de 2020 para 51 mil no quarto trimestre de 2025, o que representa uma diminuição de aproximadamente 240 mil pessoas nessa condição. Esse movimento evidencia a intensidade da recuperação do mercado de trabalho capixaba no período pós-pandemia, consolidando o Espírito Santo entre os estados com melhores indicadores de ocupação no país.

Taxa (%) de desemprego trimestral, Brasil e Espírito Santo, 2020 - 2025



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

No Espírito Santo, cerca de 2,099 milhões de pessoas compõem a força de trabalho, também denominada População Economicamente Ativa (PEA), que reúne tanto os indivíduos ocupados quanto aqueles que estão em busca de emprego. Em relação ao terceiro trimestre de 2025, houve um acréscimo de aproximadamente 5 mil pessoas nessa população.

O contingente de desocupados recuou de 54 mil para 51 mil pessoas entre o terceiro e o quarto trimestre de 2025, o que representa uma redução de cerca de 3 mil indivíduos nessa condição. Esse movimento decorre tanto da inserção no mercado de trabalho quanto da saída da força de trabalho, por motivos de aposentadoria, mudança de estado, entre outros. Na comparação com o quarto trimestre de 2024, observa-se uma queda ainda mais expressiva, com 33 mil pessoas deixando a condição de desocupadas, o que corresponde a uma redução de aproximadamente 39% ao longo de 2025.

Já o número de pessoas ocupadas atingiu 2,048 milhões no quarto trimestre, registrando aumento de 8 mil pessoas em relação ao

trimestre imediatamente anterior. Esse crescimento foi fortemente influenciado pelo avanço da formalização no período, revertendo o padrão observado em momentos anteriores, quando a redução do desemprego esteve mais associada à expansão de ocupações informais.

Ao todo, cerca de 31 mil pessoas deixaram a informalidade no estado na comparação trimestral, reduzindo o total de ocupados informais para 758 mil no quarto trimestre de 2025. Com isso, o Espírito Santo encerra o ano combinando queda na taxa de desocupação com redução da informalidade, um resultado particularmente relevante para o mercado de trabalho local.

A elevada informalidade historicamente representa um dos principais entraves ao desenvolvimento, ao comprometer a segurança jurídica e econômica dos trabalhadores, além de gerar distorções concorrenciais entre empresas e impactar negativamente a arrecadação tributária.

Características Populacionais e Ocupacionais (mil pessoas), ES

Espírito Santo	4º Trimestre 2024	3º Trimestre 2025	4º Trimestre 2025	Diferença (mil pessoas)	
				4º Tri/25 - 3º Tri/25	4º Tri/25 - 4º Tri/24
Pessoas de 14 anos ou mais	3.336	3.372	3.379	7	43
Força de Trabalho (PEA)	2.108	2.094	2.099	5	-9
Ocupados	2.024	2.040	2.048	8	24
Ocupados em situação de informalidade	778	789	758	-31	-20
Desocupados	84	54	51	-3	-33
Fora da Força de Trabalho	1.228	1.278	1.280	2	52

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

Apesar do leve crescimento de 0,4% no total de ocupados no Espírito Santo em relação ao terceiro trimestre de 2025, o que corresponde a um acréscimo de cerca de 8 mil pessoas, a evolução entre os setores ocorreu de forma heterogênea. Entre os cinco grandes grupos de atividade, dois apresentaram retração no período. A Indústria registrou queda de 3,2% no número de ocupados, enquanto a Construção Civil apresentou recuo de 2,5% em relação ao terceiro trimestre.

Os demais setores, por sua vez, apresentaram expansão, com destaque para as atividades do setor terciário, especialmente o Comércio, que registrou crescimento de 2,4% no contingente de ocupados em relação ao trimestre anterior. O quarto trimestre concentra tradicionalmente o maior volume de vendas do ano, impulsionado por datas comemorativas e eventos como o Dia das Crianças, a Black Friday, o Natal e o Réveillon.

Esse conjunto de fatores estimula a atividade comercial e leva à ampliação das contratações, inclusive de caráter temporário, para atender ao aumento da demanda. Além disso, o período também favorece a entrada de trabalhadores em ocupações sazonais. Como resultado, o número de pessoas ocupadas no Comércio aumentou em aproximadamente 9 mil no trimestre.

No setor de Serviços, observou-se um crescimento mais moderado, de 0,6% no total de ocupados. Dentro desse grupo, o principal destaque foi o segmento de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, que apresentou expansão de 4,2%, equivalente a um aumento de cerca de 10 mil pessoas ocupadas. Em contrapartida, o segmento de transporte, armazenagem e correio registrou retração de 6% no período, enquanto as demais atividades de serviços permaneceram relativamente estáveis.



Pessoas Ocupadas (Mil pessoas) por setores, ES

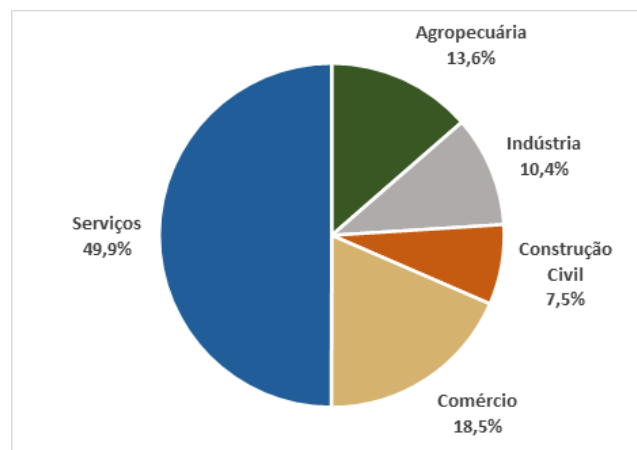
SETORES	4º Trimestre 2024	3º Trimestre 2025	4º Trimestre 2025	Variação	
				4º Tri/25 - 3º Tri/25	4º Tri/25 - 4º Tri/24
Agropecuária	250	277	278	0,4%	11,2%
Indústria	226	220	213	-3,2%	-5,8%
Construção Civil	150	158	154	-2,5%	2,7%
Comércio	379	370	379	2,4%	0,0%
Serviços	1.017	1.016	1.022	0,6%	0,5%
Transporte, armazenagem e correio	123	117	110	-6,0%	-10,6%
Alojamento e alimentação	93	99	99	0,0%	6,5%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	220	238	248	4,2%	12,7%
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	366	362	364	0,6%	-0,5%
Outros serviços	107	102	102	0,0%	-4,7%
Serviços domésticos	108	98	99	1,0%	-8,3%
TOTAL	2.024	2.040	2.048	0,4%	1,2%

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

Com os resultados do quarto trimestre de 2025, observa-se um aumento na participação dos setores de Comércio e Serviços na estrutura ocupacional do Espírito Santo. O setor de Serviços permanece como o principal empregador, concentrando 49,9% do total de pessoas ocupadas no estado, enquanto o Comércio aparece na sequência, com participação de 18,5%. Em conjunto, esses dois setores reúnem cerca de 68,4% dos ocupados, o equivalente a aproximadamente 1,401 milhão de trabalhadores de um total de 2,048 milhões.

Na sequência, a Agropecuária responde por 13,6% da população ocupada, registrando um leve aumento de 0,4 ponto percentual em relação ao trimestre anterior, o que corresponde à incorporação de cerca de mil pessoas ao setor. Por outro lado, a Indústria e a Construção apresentaram redução em sua participação relativa no total de ocupados, passando a representar 10,4% e 7,5%, respectivamente.

Representatividade (%) de pessoas ocupadas por setor, ES, 4º trimestre de 2025



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

A maior parcela das pessoas ocupadas no Espírito Santo está inserida como empregada no setor privado, representando 53,4% do total, o equivalente a aproximadamente 1,093 milhão de trabalhadores. Isso significa que mais da metade da população ocupada no estado mantém vínculo com o setor privado.

No quarto trimestre de 2025, o número de empregados nesse segmento cresceu 1,1% em relação ao trimestre anterior. Entre esses trabalhadores, houve aumento de 0,6% no contingente com carteira assinada e de 2,1% entre aqueles sem carteira. Esse movimento indica que, dentro do setor privado, o avanço do emprego informal foi mais intenso do que o do emprego formal no período. Ao todo, cerca de 298 mil pessoas atuavam informalmente no setor privado capixaba, correspondendo a 14,6% da população ocupada.

Em contrapartida, a informalidade associada às atividades produtivas e empresariais apresentou redução, especialmente entre empregadores e trabalhadores por conta própria sem CNPJ. O número de empregadores totalizou 94 mil pessoas no estado, com leve queda de 1,1% em relação ao trimestre anterior. No entanto, enquanto o número de empregadores com CNPJ cresceu 1,4%, aqueles sem registro empresarial recuaram 9,5%, o que representa uma redução de cerca de 2 mil pessoas. Esse resultado indica avanço da formalização entre os empresários, com aumento da participação dos que atuam com empresas regularmente constituídas.

Entre os trabalhadores por conta própria, observou-se comportamento semelhante. Houve crescimento expressivo de 13,4% entre os que possuem CNPJ, ao passo que o número de autônomos sem registro caiu 7,6%, resultando na saída de aproximadamente 28 mil pessoas da condição de informalidade nesse grupo.

Os trabalhadores por conta própria abrangem uma ampla gama de ocupações, incluindo prestadores de serviços como pedreiros, pintores e eletricitistas, comerciantes informais como ambulantes e feirantes, profissionais liberais sem registro e pequenos empreendedores que operam com recursos próprios. A formalização, por meio do registro empresarial, tende a ampliar a segurança jurídica, o acesso a direitos e benefícios e as possibilidades de obtenção de crédito.

Também foi observado avanço na formalização dos trabalhadores domésticos, grupo composto por aqueles que prestam serviços diretamente a pessoas físicas, como empregados domésticos, diaristas, cozinheiros e faxineiros. Embora o número total de trabalhadores domésticos tenha permanecido relativamente estável no período, houve mudança em sua composição. O contingente com carteira assinada aumentou 16,7%, enquanto aqueles sem carteira recuaram 4,1%. Apesar de mais de 70% ainda atuarem de forma informal, a ampliação da formalização é relevante, considerando que essa ocupação historicamente apresenta maior precarização, jornadas extensas e menores rendimentos.

Movimento semelhante foi observado entre os trabalhadores familiares auxiliares, que são aqueles que atuam em atividades econômicas de familiares sem receber remuneração. Esse grupo, tradicionalmente classificado como informal, registrou queda de 11,1% no último trimestre, o que representa cerca de 4 mil pessoas a menos nessa condição. Trata-se de um resultado importante, sobretudo se associado à transição desses trabalhadores para ocupações remuneradas, formais ou informais, que ofereçam melhores condições de subsistência.

Pessoas Ocupadas (Mil pessoas), por tipo de ocupação, ES

Tipo de Ocupação	4º Trimestre 2024	3º Trimestre 2025	4º Trimestre 2025	Variação		Participação
				4º Tri/25 - 3º Tri/25	4º Tri/25 - 4º Tri/24	4º Tri/25
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico	1.046	1.081	1.093	1,1%	4,5%	53,4%
Com carteira assinada	748	790	795	0,6%	6,3%	38,8%
Sem carteira assinada	297	292	298	2,1%	0,3%	14,6%
Trabalhador doméstico	107	98	98	0,0%	-8,4%	4,8%
Com carteira assinada	29	24	28	16,7%	-3,4%	1,4%
Sem carteira assinada	78	73	70	-4,1%	-10,3%	3,4%
Empregado no setor público	237	243	258	6,2%	8,9%	12,6%
Empregador	94	95	94	-1,1%	0,0%	4,6%
Com CNPJ	76	74	75	1,4%	-1,3%	3,7%
Sem CNPJ	18	21	19	-9,5%	5,6%	0,9%
Conta própria	499	486	474	-2,5%	-5,0%	23,1%
Com CNPJ	156	119	135	13,4%	-13,5%	6,6%
Sem CNPJ	343	367	339	-7,6%	-1,2%	16,6%
Trabalhador familiar auxiliar	40	36	32	-11,1%	-20,0%	1,6%
Total	2.024	2.040	2.048	0,4%	1,2%	100,0%

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

Informalidade

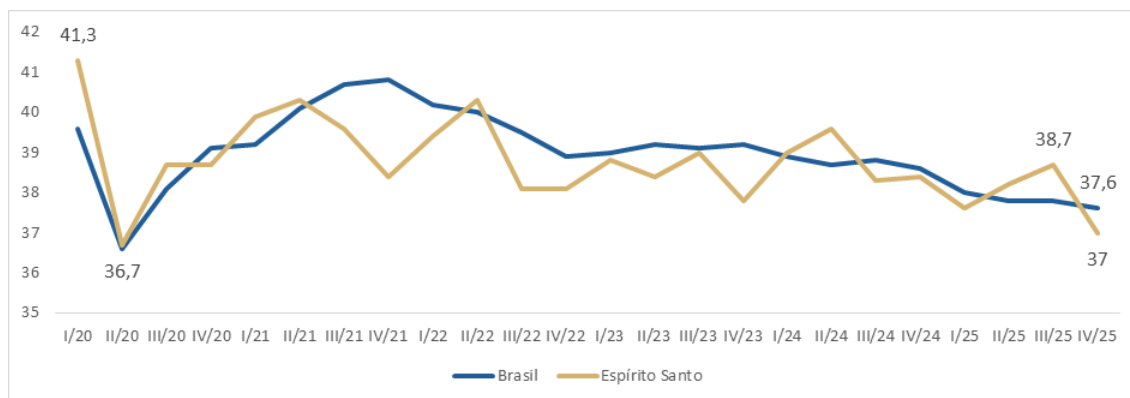
A taxa de informalidade³ é o percentual de informais dentro da população ocupada. Nesse contexto, a situação de informalidade se refere às pessoas ocupadas como “Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada, exclusive trabalhador doméstico”, “Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada”, “Empregador sem CNPJ”, “Conta própria sem CNPJ” e “Trabalhador familiar auxiliar”.

No quarto trimestre de 2025, a taxa de informalidade no Espírito Santo recuou de 38,7% para 37%, atingindo o menor nível desde o segundo trimestre de 2020. Trata-se, portanto, do patamar mais baixo observado nos últimos cinco anos.

Em termos absolutos, o contingente de trabalhadores informais diminuiu de 789 mil para 758 mil pessoas, o que representa uma redução de aproximadamente 31 mil indivíduos ocupados nessa condição.

Como resultado, a taxa de informalidade no estado passou a situar-se abaixo da média nacional, estimada em 37,6%, após dois trimestres consecutivos em que o indicador capixaba havia superado o observado no país como um todo.

Taxa (%) de informalidade trimestral, Brasil e Espírito Santo, 2020-2025



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

A taxa de desocupação no Espírito Santo recuou para 2,4% no quarto trimestre de 2025, configurando-se como a menor entre os estados da região Sudeste e a segunda mais baixa do país, empatada com Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Esse resultado reflete um mercado de trabalho fortemente aquecido, que também foi acompanhado por redução na informalidade, a qual atingiu seu menor patamar desde 2020, com cerca de 37% dos trabalhadores ocupados no estado permanecem em condições informais.

Com a redução, agora o Espírito Santo passa a apresentar a segunda maior taxa de informalidade entre os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, agora superado pelo Rio de Janeiro (37,2%), enquanto os estados das regiões Norte e Nordeste continuam concentrando os níveis mais elevados desse indicador no país.

A taxa de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas também apresentou melhora, recuando de 1,5% para 1,3%, o que posiciona o estado com a segunda menor taxa do país, atrás apenas de Santa Catarina, com 1,2%. Esse indicador sugere que a maior parte dos trabalhadores consegue exercer jornadas compatíveis com sua disponibilidade e interesse.

Para fins de comparação, a média nacional situa-se em 4,4%.

Já a taxa de subutilização da força de trabalho⁴, que engloba os desocupados, os subocupados por insuficiência de horas e aqueles que gostariam de trabalhar, mas não buscaram emprego, foi estimada em 5,9%. Trata-se do segundo menor resultado do país e de um patamar significativamente inferior à média nacional, de 13,4%. Em conjunto, esses indicadores reforçam a elevada capacidade de absorção de mão de obra pelo mercado de trabalho capixaba, ainda que persistam desafios estruturais, especialmente relacionados à ainda elevada taxa de informalidade, apesar da forte queda no período.



Ranking da Taxa de Desocupação (%) das Unidades da Federação, 4º trimestre de 2025

Ranking	Estados	Taxa (%) de desocupação	Taxa (%) de Informalidade	Rendimento Médio (R\$)*	Taxa (%) de Subocupação	Taxa (%) de Subutilização
1º	Santa Catarina	2,2	25,7	4.131	1,2	4,4
2º	Espírito Santo	2,4	37	3.405	1,3	5,9
3º	Mato Grosso do Sul	2,4	30,8	3.581	2,5	7
4º	Mato Grosso	2,4	33,7	3.785	1,5	6,1
5º	Rondônia	2,6	43,5	3.413	2	6,9
8º	Minas Gerais	3,8	36,5	3.250	3,9	10,9
12º	São Paulo	4,7	29,7	4.221	3,2	10,8
20º	Rio de Janeiro	6,9	37,2	4.064	3,6	13
-	Brasil	5,1	37,6	3.508	4,4	13,4

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

O que está acontecendo?

O Espírito Santo vem apresentando uma trajetória consistente de redução do desemprego no período recente. Desde o segundo trimestre de 2024, a cada nova divulgação da PNAD Contínua do IBGE, o estado renova seu menor nível de desocupação.

No quarto trimestre de 2025, a taxa de desocupação atingiu 2,4%, o menor valor da série histórica iniciada em 2012, com o estado possuindo a menor taxa do Sudeste e a segunda menor do país, empatada com Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, atrás apenas de Santa Catarina. O número de desocupados caiu de 54 mil para 51 mil pessoas do terceiro para o quarto trimestre e, desde o quarto trimestre de 2024, 33 mil pessoas deixaram a condição de desocupadas no estado.

Esse cenário aproxima o estado de uma situação de pleno emprego, em que o desemprego remanescente tende a ser predominantemente transitório ou estrutural.

A queda do desemprego foi acompanhada pela redução da informalidade, que atingiu 37% no quarto trimestre de 2025, o menor nível dos últimos cinco anos

Com isso, a agenda de políticas públicas desloca o foco da geração de vagas para a melhoria da qualidade das ocupações, com maior ênfase na formalização, na estabilidade dos vínculos, na proteção social, na remuneração e na redução de desigualdades.

Também ganha relevância o enfrentamento de gargalos de qualificação profissional, especialmente em atividades que já enfrentam escassez de mão de obra.

A queda do desemprego foi acompanhada pela redução da informalidade, que atingiu 37% no quarto trimestre de 2025, o menor nível dos últimos cinco anos. O número de trabalhadores informais diminuiu em cerca de 31 mil pessoas no período. Ainda assim, esse movimento não ocorreu de forma homogênea entre os diferentes tipos de inserção ocupacional.

No caso dos empregados no setor privado, observou-se crescimento de 1,1% no total de ocupados. Esse avanço, no entanto, foi marcado por maior expansão dos vínculos sem carteira assinada, que aumentaram 2,1%, enquanto o número de trabalhadores com carteira assinada registrou elevação mais moderada, de 0,6%. Como resultado, houve ampliação da informalidade nesse grupo, com 27,3% dos trabalhadores atuando sem registro formal.

Ao mesmo tempo, os dados do CAGED/MTE indicam que, embora tenha havido saldo positivo na geração de empregos formais em 2025, o ritmo de criação de vagas foi significativamente inferior ao observado no ano anterior⁵. No total, o Espírito Santo criou 13.816 empregos formais no ano, queda de 60,6% na geração de postos formais quando comparado com 2024, o que corresponde a 21.236 empregos a menos.

Em um contexto de desemprego muito baixo, a disponibilidade de trabalhadores diminui e as empresas passam a disputar um contingente mais restrito de mão de obra, o que tende a dificultar a expansão do emprego formal. Esse processo é reforçado pela concorrência de formas alternativas de ocupação, incluindo atividades informais e novos arranjos de trabalho mais flexíveis.

Por outro lado, a queda da informalidade foi fortemente impulsionada pela formalização das atividades produtivas, especialmente entre empregadores e trabalhadores por conta própria. Observou-se aumento de 1,4% no número de empregadores com registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), acompanhado pela redução de 9,5% daqueles que atuam sem formalização.

Esse movimento indica uma mudança na forma de organização das atividades econômicas, com maior inserção desses trabalhadores em estruturas produtivas mais formalizadas. Entre os trabalhadores por Conta Própria esse movimento foi ainda mais intenso, com

aumento de 13,4% entre os que atuam com CNPJ e queda de 7,6% entre os que atuam sem registro, resultando na saída de cerca de 28 mil pessoas da condição de informalidade nesse grupo.

Para trabalhadores autônomos e pequenos empreendedores, a formalização por meio do CNPJ amplia o acesso ao crédito, possibilita a emissão de notas fiscais e viabiliza a participação em licitações e a formalização de contratos, o que favorece a expansão dos negócios e a inserção em cadeias produtivas mais estruturadas. Para o setor público, esse processo contribui para o aumento da arrecadação e para o aprimoramento do planejamento de políticas voltadas ao empreendedorismo e à qualificação profissional.

Nesse contexto, a redução da informalidade entre empregadores e trabalhadores por conta própria foi o principal fator por trás da queda da taxa de informalidade no estado. Trata-se, portanto, de um movimento associado à mudança no registro legal das atividades, com crescimento da proporção de empresários e autônomos com CNPJ, e não de uma retração generalizada dos vínculos informais de trabalho sem carteira assinada.



Além da redução da informalidade nas atividades empresariais, também houve avanço na formalização do trabalho doméstico, com crescimento de 16,7% no número de trabalhadores com carteira assinada e recuo de 4,1% entre aqueles que atuam sem registro. Ao mesmo tempo, o contingente de trabalhadores familiares auxiliares, que exercem atividades em negócios da família sem remuneração e são classificados como informais, diminuiu 11,1% no trimestre, o que corresponde a cerca de 4 mil pessoas a menos nessa condição.

Esses grupos costumam estar inseridos em ocupações mais precárias, frequentemente

marcadas por jornadas extensas, baixos rendimentos ou ausência de remuneração e limitada proteção social.

Por esse motivo, devem ser considerados prioritários em políticas voltadas à formalização do trabalho. O avanço da formalização, tanto por meio de vínculos regidos pela CLT quanto pelo registro de empresas e atividades autônomas via CNPJ, contribui para ampliar a proteção social, garantir acesso à previdência e a outros direitos, além de reforçar a segurança econômica de trabalhadores e empreendedores, com efeitos positivos sobre a produtividade e a competitividade da economia estadual.



Opinião Capixaba



Na análise das transformações recentes no mercado de trabalho, especialmente no que se refere ao avanço da informalidade e às mudanças nas expectativas da força de trabalho, Ivete Paganini – Gerente Geral Executiva do Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Estado do Espírito Santo (Sinca-des) – destaca que o fenômeno não

Esse cenário exige um movimento da gestão de pessoas e da alta liderança para repensar os modelos de atração e retenção de talentos, revisando políticas de benefícios e incorporando novas perspectivas que atendam às expectativas do profissional

pode ser interpretado apenas sob a ótica da insuficiência de vagas formais. Há também a relação dos trabalhadores com o emprego formal, exigindo das empresas a revisão de seus modelos de gestão, atração e retenção de talentos. Confira:

“A informalidade, do ponto de vista do colaborador, acaba sendo interessante porque oferece autonomia:

autonomia de horário, de locomoção e de processo. Quando há vínculo formal com a empresa, passam a existir horários a cumprir, metas a atingir e controle de ponto, o que gera pressão. Assim, muitas vezes, não se trata apenas de falta de oportunidade, mas também de falta de interesse em manter um emprego formal ou em ter horário determinado de trabalho, priorizando a liberdade de escolher quando, como e onde trabalhar.

Percebe-se um movimento em que as novas gerações, especialmente as gerações Y e Z, vêm renovando as perspectivas sobre o trabalho e redefinindo suas reais necessidades. Há uma priorização da saúde mental, do conforto e das necessidades básicas, em contraposição

a um modelo de trabalho no sentido de se sentir pressionado ou preso a um contexto.

Diante disso, o colaborador pode optar pela informalidade, muitas vezes empreendendo. Do ponto de vista empresarial, esse cenário exige um movimento da gestão de pessoas e da alta liderança para repensar os modelos de atração e retenção de talentos, revisando políticas de benefícios e incorporando novas perspectivas que atendam às expectativas de qualidade de vida do profissional ao ingressar na organização. Trata-se, portanto, de um movimento necessário.”

ENTREVISTA 2

Ao analisar as transformações recentes nas formas de contratação e os desafios enfrentados pelas empresas na atração de mão de obra, Cosme Péres, Consultor em Gestão de Pessoas, Psicólogo e Vice-Presidente da Diretoria Executiva da ABRH-ES, destaca o surgimento de novos modelos organizacionais mediados por plataformas digitais. Em sua avaliação, essas soluções emergem como resposta às mudanças no comportamento da força de trabalho, mas ainda esbarram em desafios regulatórios e jurídicos. Confira:

“A gente vê soluções aparecendo no mercado, por exemplo, quando a gente fala dessa necessidade de mudança de mindset, de mudança inclusive de legislação, a gente vê soluções que estão começando a aparecer no mercado, por exemplo, de aplicativo que funciona como se fosse um Uber de colaborador. A empresa tem uma necessidade de uma mão de obra para aquele dia ou para aquela situação, ela vai lá no aplicativo, busca, uma pessoa aceita e vai trabalhar.

Só que assim, como que isso se resolve em termos de legislação trabalhista, de modelo de contrato de trabalho, como que o sindicato vai enxergar isso? Então percebe que é uma solução. Eu tô passando por uma necessidade aqui, tem um aplicativo que eu consigo acionar uma pessoa, ela vai lá, aceita, ela vem, eu consigo, como no Uber, acompanhar até o horário que ela vai chegar, qual o trajeto que ela tá fazendo pra chegar até aqui, ela vem, consegue assumir o trabalho e trabalhar.

Só que, por outro lado, nós não estamos preparados para esse modelo em termos de legislação, de modelos de contratação e tudo mais. Então precisa de um grande trabalho de diversas mãos, de diversos segmentos, para a gente conseguir não só entender o problema, mas encontrar soluções e viabilizar essas soluções, porque tem soluções que já estão aparecendo, como essa que eu estou te dando o exemplo, mas ela precisa ser viabilizada até mesmo no sentido jurídico, de responsabilidade, de legislação, para que o empresário se sinta seguro de usar esse tipo de solução.”

Tendência - Revalorização da Jornada de Trabalho

Observa-se no mercado de trabalho contemporâneo um movimento

gradual de revalorização

da jornada de trabalho,

com crescente

atenção à forma

como o tempo dedicado

à atividade

profissional se organiza

na vida dos

trabalhadores.

Esse movimento

dialoga com demandas

por maior autonomia

na gestão do

tempo, ampliação

do equilíbrio entre

vida profissional e

pessoal e atenção à

saúde mental e ao bem-estar.

Especialmente

entre as gerações mais jovens, percebe-se

uma mudança nas prioridades, com menor

centralidade do trabalho como único eixo

estruturante da vida e maior valorização de

qualidade de vida, propósito e flexibilidade.

Nesse contexto, as organizações vêm sendo

desafiadas a repensar modelos tradicionais

de gestão da jornada, buscando alternativas

que conciliem produtividade, sustentabilidade

do negócio e expectativas da força de

trabalho. Trata-se menos de uma discussão

sobre formatos específicos de escala e mais

de uma transformação cultural nas relações

de trabalho no Brasil contemporâneo.

Além disso, observa-se maior sensibilidade

do mercado a práticas que promovam previ-

sibilidade, organização eficiente do tempo e

ambientes de trabalho mais sustentáveis do

ponto de vista humano. Empresas que

conseguem estruturar jornadas de forma

equilibrada tendem a fortalecer sua capaci-

dade de atração e retenção de talentos, espe-

cialmente em setores

com maior competição

por mão de obra. Esse

cenário indica que a

gestão da jornada deixa

de ser apenas um

elemento operacional

e passa a integrar a

estratégia organizacio-

nal, influenciando

engajamento, produti-

vidade e imagem insti-

tucional. Assim, a flexi-

bilidade e a organiza-

ção do tempo de traba-

lho consolidam-se como

temas centrais nas discus-

sões sobre competitividade e

sustentabilidade das empresas no Brasil

contemporâneo.

Nesse contexto, as organizações vêm sendo desafiadas a repensar modelos tradicionais de gestão da jornada, buscando alternativas que conciliem produtividade, sustentabilidade do negócio e expectativas da força de trabalho



Notas

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua Trimestral) é uma pesquisa realizada através de uma amostra de domicílios e destina-se a produzir informações sobre a inserção da população na força de trabalho. Sua amostra foi desenhada visando produzir informações trimestrais.

Diferentemente dos dados disponibilizados pelo RAIS/CAGED/MTE, que consolida números dos registros oficiais das empresas e mapear o mercado formal de trabalho, a PNAD/IBGE é uma pesquisa que busca captar informações gerais sobre a situação do trabalho de forma geral.

A cada trimestre, são investigados ^{211, 344} domicílios particulares permanentes, em aproximadamente ^{16, 000} setores censitários, distribuídos em cerca de ^{3, 500} municípios.

São classificadas como desocupadas na semana de referência (semana da pesquisa) as pessoas não ocupadas nesse período, que tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência.

¹O IBGE ajustou a série histórica das estimativas populacionais e da taxa de desocupação com base nas novas informações disponibilizadas pelo Censo 2022.

Mais informações estão disponíveis em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-07/ibge-vai-ajustar-dados-passados-de-desemprego-entenda-o-porque>

²A taxa de desocupação, também conhecida como “taxa de desemprego”, leva em consideração as pessoas que estão disponíveis para o trabalho e buscaram emprego mas que não conseguiram uma colocação no mercado de trabalho. Seu cálculo se dá a partir da proporção das pessoas desocupadas em relação a força de trabalho, que são as pessoas em idade para trabalhar e que estão ocupadas ou desocupadas no período de referência.

³A taxa de informalidade é o percentual de informais dentro da população ocupada. Nesse contexto, a situação de informalidade se refere às pessoas ocupadas como “Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada, exclusive trabalhador doméstico”, “Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada”, “Empregador sem CNPJ”, “Conta própria sem CNPJ” e “Trabalhador familiar auxiliar”.

⁴A taxa de subutilização da força de trabalho corresponde à proporção da população economicamente ativa que enfrenta insuficiência de ocupação. Esse indicador engloba os desocupados (pessoas que procuram emprego, mas não conseguem), os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas (aqueles que trabalham menos do que desejam) e a força de trabalho potencial (indivíduos que gostariam de trabalhar, mas não buscaram emprego devido a motivos específicos, como desânimo ou indisponibilidade temporária).

⁵Leia mais em: <https://portaldocomercio-es.com.br/wp-content/uploads/2026/02/Caged-Dez-25.pdf>

EXPEDIENTE: Presidente do Sistema Fecomércio-ES/Sesc/Senac:

Idalberto Luiz Moro | **Diretor Sesc-ES:** Luiz Henrique Toniato | **Diretor Senac-ES:** Richardson Schmittel | **Superintendente Fecomércio-ES:** Wagner Corrêa | **Diretor de Relações Institucionais Fecomércio-ES:** Cezar Wagner Pinto | **Equipe Connect Fecomércio-ES:** André Spalenza : Paulo Rody : Karina Tonini : Felipe Montini : Eduarda Gripp : Gercione Dionizio : Samuel de O. Cabral : Ryan Procopio : João Guimarães : Mateus Haddad | Tel.: 3205-0706 | www.fecomercio-es.com.br